

## ***Propostas de desenvolvimento curricular para o ensino da tradução em Macau***

*Nogueira Escaleira, Maria de Lurdes\**

### **Resumo**

O presente artigo insere-se no âmbito do trabalho de investigação, realizado pela autora, sobre o ensino da tradução em Macau, temática sobre a qual, já foram publicados alguns artigos na Revista Administração.

Desta feita, tendo em conta os resultados dos inquéritos por questionário<sup>1</sup>, apresentam-se algumas propostas que podem contribuir para a melhoria do ensino da tradução em Macau e conseqüentemente, para uma maior satisfação dos tradutores e dos agentes do mercado de trabalho da tradução.

As propostas, ora apresentadas, incidem sobretudo na necessidade de se criarem mecanismos que permitam aos candidatos possuírem um domínio das línguas de trabalho, no momento da entrada no Curso de Tradução e, ainda, na inclusão, de forma sistemática, de estágios e de oportunidades de prática e execução de trabalhos reais de tradução. Para além disso, destaca-se a importância da formação em serviço, da formação contínua e da criação de mecanismos de acompanhamento e apoio dos profissionais da tradução, na resolução dos problemas com que se vão deparando e na actualização dos seus conhecimentos e das práticas de tradução.

Após mais de um século de ensino da tradução, torna-se necessário o debate alargado sobre o seu passado e presente e, principalmente, sobre o futuro, sendo imprescindível trazer para a mesa de diálogo, todos os intervenientes, desde decisores das políticas de ensino da tradução, docentes, tradutores e agentes do mercado de trabalho da tradução.

No contexto de Macau, a tradução e interpretação Chinês-Português, assume uma importância fundamental e tem visto o seu campo alargar-se

---

\* Professora-Adjunta do Instituto Politécnico de Macau

<sup>1</sup> Inquérito por questionário destinado aos tradutores formados em Macau com o objectivo de recolher as opiniões deste grupo de profissionais sobre a formação dos tradutores, no contexto de Macau.

à China Continental e aos Países de Língua Oficial Portuguesa, daí que, os estudos e o debate sobre esta temática se tornem urgentes e de especial relevância.

## Introdução

*.... por muitas limitações e insuficiências que se possam reconhecer no estatuto da tradução, é através dessa forma de escrita derivativa, precária e efêmera que têm sobrevivido e encontrado eco alguns dos valores mais sólidos e originais da tradição cultural que herdámos e transmitimos para lá das fronteiras e dos tempos (Flor, 1988:8<sup>2</sup>)*

O presente artigo, elaborado com base no trabalho de investigação realizado sobre o ensino da tradução em Macau<sup>3</sup>, tem como objectivo apresentar algumas propostas que poderão contribuir para uma melhor adequação da formação de tradutores, no contexto de Macau.

Apesar dos importantes desenvolvimentos e do investimento na formação de tradutores, tanto por parte do Governo de Macau como das instituições de ensino, existem vários problemas aos quais urge dar uma resposta. De facto, a esmagadora maioria dos inquiridos (inquérito por questionário e por entrevista<sup>4</sup>) pensa que os recém-licenciados não estão preparados para entrar no mercado local da tradução. Uma parte significativa destes licenciados nem sequer tenta exercer esta actividade e outros sentem-se frustrados face ao insucesso nos exames de ingresso/acesso à carreira de tradutor da Administração Pública de Macau.

Da análise da Legislação em vigor, por um lado, se revela um grande dinamismo e uma procura constante de um desenho curricular que me-

<sup>2</sup> FLOR, J. A. (1988). *Traduzir - Algumas linhas para reflexão*. Revista ICALP, (11), Março de 1988, 16-23. [Em linha], [Consulta 13-12 2007]. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/revistas/revistaicalp/traduzir.pdf>, 1-8.

<sup>3</sup> O estudo foi documentado no livro “Ensino da tradução em Macau: dos curricula propostos à realidade de Mercado” da autoria de Maria de Lurdes Nogueira Escaleira, publicado pela Editora Delta, Macau, 2013 e em artigos publicados na Revista Administração, publicada pelos SAFP.

<sup>4</sup> As entrevistas sobre o ensino da tradução no contexto de Macau, no total de 12, tiveram como público alvo devisaiores de políticas públicas de ensino, docentes, tradutores profissionais e agentes do mercado de trabalho os quais foram questionados sobre o ensino da tradução no contexto de Macau.

lhor corresponda às necessidades locais, por outro, também mostra que as reformas curriculares tiveram sempre e apenas a participação dos responsáveis pelas políticas e não reflectem a opinião e os anseios de todos os parceiros, nomeadamente, dos tradutores e dos empregadores.

Assim, parece claro que, após mais de um século de ensino da tradução, existe uma necessidade de reorientação do currículo, de forma a que este vá ao encontro das expectativas dos alunos e do mercado de trabalho dos tradutores. Este novo paradigma educativo tem de encontrar no mundo socioprofissional os indicadores base para a definição das competências que os alunos devem desenvolver, devendo as instituições de ensino procurar a adequação e actualidade dos currículos (González e Wagenaar, 2005:29-30). Esta reflexão deve passar, em primeiro lugar, por questionar a adequação e aplicabilidade do currículo e para tal, torna-se imprescindível consultar os empregadores, os profissionais, as associações profissionais, etc. e, em segundo lugar, desenvolver a nível interno e do ponto de vista académico, uma análise da relevância dos conteúdos do curso e identificação dos recursos necessários (incluindo os docentes).

*A tradução não acontece no vazio, é uma actividade económica* (Schwartz, 2002<sup>5</sup>) dependente do mercado onde se cruzam muitos intervenientes e no qual o tradutor recém-formado tem que ser capaz de se movimentar e de agir como profissional, daí que seja imprescindível auscultar o mercado de trabalho e identificar as competências e conhecimentos exigidos ao profissional no acto de traduzir. Assim, o desenvolvimento de um estudo alargado e profundo sobre as características do mercado de trabalho da tradução irá permitir *encontrar* um desenho curricular mais relevante e adaptado à realidade local. Apesar do ensino não poder depender apenas do mercado de trabalho é no entanto, essencial identificar nichos de mercado, bem como as suas características e necessidades específicas e desenvolver nos alunos as competências de que precisam para se integrar no mundo da tradução. A identificação das falhas, que têm criado uma situação onde existe procura de tradutores, mas na qual estes não conseguem ou nem sequer tentam, por receio de falhar, integrar a comu-

---

<sup>5</sup> SCHWARTZ, R. (Janeiro, 2003). *Translator Training & the Real World: Concrete Suggestions for Bridging the Gap*. (Mesa Redonda Agosto de 2002 – Conferência FIT, Vancouver, British Columbia). *Translator Education*, (7), 1, [Em linha], [Consulta 12-06-2005]. Disponível em: <http://accurapid.com/journal/23roundtablea.htm>.

nidade de tradutores, irá permitir desenhar um currículo mais adequado às reais necessidades e expectativas tanto dos alunos como do mercado.

Assim, antes de se partir para um desenho curricular considera-se imprescindível e urgente que se desenvolvam os seguintes aspectos:

- Reflexão sobre o ensino da tradução nos períodos antes e depois da sua integração dos candidatos no ensino superior;
- Envolvimento na discussão de docentes, alunos, profissionais em exercício, empregadores (reais e potenciais), decisores de políticas educativas e a própria sociedade;
- Análise das características e tendências do mercado de tradução local e dos mercados lusófonos;
- Separação entre cursos de tradução e cursos de línguas e oferta de ambas as vertentes;
- Desenvolvimento de mecanismos de consulta permanente e de participação activa da comunidade de tradutores através da apresentação de ideias, da sua participação enquanto avaliadores da formação e como formadores, docentes ou orientadores de estágio;
- Implementação de processos contínuos e sistemáticos de acompanhamento e avaliação dos currículos e das estratégias de ensino, de forma a avaliar os resultados, implementando as mudanças e ajustamentos necessários.

## Ensino da tradução

Ao pensar-se na formação de tradutores surge de imediato, um conjunto de questões para as quais se têm encontrado diferentes respostas resultando, conseqüentemente, em diferentes propostas curriculares. A primeira questão consiste em saber se os tradutores devem ser formados através de cursos formais ou pela prática. Não existe uma resposta consensual, no entanto, consideramos que os cursos formais contribuem para desenvolver todo o conjunto de competências necessárias para o desempenho da actividade de tradutor. Contudo, a prática e a capacidade para se actualizar constantemente, determinantes de sucesso e de realização profissional, só se adquirem com a experiência. Decerto que existem alguns bons tradutores que nunca frequentaram um curso formal de tradução e que adquiriram e desenvolveram as suas competências na prática

profissional mas, em nosso entender, teoria e prática devem andar a par e ambas são igualmente importantes.

Uma outra questão que se coloca, tanto em Macau como em todo o mundo, consiste em saber se as instituições de ensino devem formar tradutores, intérpretes ou intérpretes-tradutores. Apesar de se considerar que o ideal seria formar separadamente tradutores ou intérpretes, face ao contexto em estudo, conclui-se que a formação tem de, simultaneamente, contemplar a tradução e a interpretação. No final da formação básica, o aluno tem de estar preparado para traduzir e interpretar nos dois sentidos, visto que o mercado local procura um profissional que faça tradução e interpretação da língua estrangeira para a sua língua materna e vice-versa. Assim, conclui-se pela não viabilidade da formação de profissionais apenas tradutores ou intérpretes, nem de tradutores ou intérpretes que apenas traduzam para uma das línguas de trabalho, no contexto actual.

Questão não menos pertinente é a de saber se em Macau se devem formar generalistas ou especialistas. Se, por um lado, o mercado interno procura generalistas, sendo o tradutor chamado para traduzir textos de diferentes tipos e sobre os mais diversos assuntos, existe no entanto, um nicho de mercado que indica a necessidade de uma certa especialização em duas áreas principais: Direito<sup>6</sup> e Administração Pública.

Na formação inicial, a especialização não pode ser considerada uma prioridade, porque o mais importante é formar um indivíduo com uma forte capacidade de auto-motivação, de auto-aprendizagem e com sólidos conhecimentos gerais, sobretudo nas áreas relacionadas com a Administração Pública e o Direito. A nível da iniciação, deve ser dada especial atenção ao desenvolvimento da competência linguística e à aquisição das competências tradutológica e das ferramentas de tradução. É importante dar aos alunos a oportunidade de desenvolverem uma área de especiali-

---

<sup>6</sup> A tradução jurídica é de tal importância que a proposta de revisão das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos, no seu artigo 20.º, prevê, a atribuição de ... uma remuneração acessória mensal para elaboração de diplomas ou tradução jurídica por escrito, aos trabalhadores dos serviços públicos que exercem essas funções, excepto o pessoal de direcção e chefia. De notar que o diploma abrange os trabalhadores dos serviços públicos que tenham como função a tradução jurídica por escrito, não fazendo qualquer referência a que esta só pode ser efectuada por tradutores, pelo que se depreende que existe uma falta de tradutores nesta área e que o diploma tenta colmatar esta falha admitindo profissionais de outras áreas.

zação e eleger o Direito e a Administração Pública como áreas principais, no entanto, não se deve ter como objectivo principal, a formação de especialistas, porque isso diminui a sua empregabilidade.

No caso específico de Macau, em que os alunos ingressam no ensino superior da tradução com fracos conhecimentos das línguas de trabalho, a especialização pode e deverá ser feita a partir de um 2º ciclo de estudos (mestrado). É precisamente no domínio linguístico que reside um dos principais constrangimentos que a formação de tradutores enfrenta e que se prende com a selecção de candidatos e os requisitos de acesso ao curso: Qual o nível de conhecimento das línguas de trabalho necessário para ingressar num curso de tradução?

### **Requisitos de admissão aos cursos de tradução**

O domínio das línguas de trabalho tem que ser entendido como (Pagura, 2003, Theodor, 1983) condição prévia, necessária e indispensável, porque a formação de futuros profissionais da tradução não pode ter como objectivo o ensino das línguas (este tem que anteceder a formação de tradutores propriamente dita). É nossa convicção de que só deveriam ter acesso ao Curso<sup>7</sup> os alunos com domínio de ambas as línguas de trabalho e, preferencialmente, com conhecimentos de inglês. De facto, são raros os candidatos com domínio satisfatório em ambas as línguas, nas suas formas oral e escrita. E para tornar o Curso viável tem que se optar por seleccionar os alunos que apresentam maior domínio linguístico e melhores condições de aprendizagem de línguas. Desde sempre que se tem sentido a urgência de formar tradutores e a dificuldade de cativar alunos de Macau e com um nível linguístico aceitável, coexistindo, hoje, na Escola Superior de Línguas e Tradução (ESLT), vários grupos de alunos, a nível de competências linguísticas: (1) alunos de Macau, de língua materna portuguesa, que dominam o português a nível de suficiente e o cantonês falado, mas não conhecem o chinês escrito ou o mandarim falado; (2) com as características do grupo anterior, mas com domínio, a nível elementar ou suficiente, do chinês escrito e falado (mandarim); (3) alunos de Macau ou da China Continental de língua materna chinesa, que não tiveram qualquer contacto com o português ou alunos de língua

---

<sup>7</sup> Sempre que se usar a palavra Curso, esta refere-se ao Curso de Licenciatura em Tradução e Interpretação Chinês-Português do Instituto Politécnico de Macau.

materna portuguesa que nunca tiveram contacto com o chinês e, (4) alunos de língua materna chinesa com conhecimentos, a nível básico ou suficiente, de português<sup>8</sup>.

Macau precisa de garantir a formação de tradutores de Chinês-Português e de dar resposta às aspirações dos alunos, devendo encontrar uma solução que permita colmatar esta *insuficiência* a nível do conhecimento das línguas de trabalho por parte dos candidatos ao referido Curso.

A nossa proposta consiste na criação de um *Ano Zero*<sup>9</sup>, medida já prevista na legislação do ensino superior, que refere a possibilidade de criação de um ano pré-universitário, no qual deveriam ingressar os alunos que não tenham um domínio de uma ou de ambas as línguas de trabalho e com um currículo dedicado ao ensino/aprendizagem da(s) língua(s) e das respectivas culturas. O *Ano Zero* poderia adoptar o modelo do Plano de Estudos em Portugal<sup>10</sup> (Serviços de Administração e Função Pública - SAFP) e dividir-se em dois momentos: formação intensiva em Macau e formação intensiva na China (para os de língua materna portuguesa) ou em Portugal (para os de língua materna chinesa).

No final do ano pré-universitário, o aluno seria submetido a um exame da língua estrangeira, sendo que só seriam admitidos ao Curso de Tradução os alunos aprovados neste exame.

Esta medida permitiria obviar a falta de confiança dos tradutores ou dos recém-formados no seu próprio nível de conhecimento das línguas de trabalho, especialmente do português, condição que os tradutores por

<sup>8</sup> Para além destes grupos e ao abrigo do protocolo de cooperação entre os Institutos Politécnicos de Macau e de Leiria, desde 2006 existe um Curso de Tradução e Interpretação Chinês-Português, que traz a Macau os alunos do IPL, que aqui frequentam o segundo ano do referido Curso.

<sup>9</sup> O Decreto-Lei n.º 11/91/M, art no. 28 no seu ponto 5, determina que as instituições do ensino superior universitário podem organizar um ano preparatório destinado a preparar, para o acesso aos seus cursos, os estudantes que tenham concluído um curso de ensino secundário com duração de onze anos.

<sup>10</sup> O Plano de Estudos em Portugal foi criado pela Portaria n.º 195/86/M, de 31 de Dezembro, como instrumento privilegiado na política de localização de quadros no Território. Consistia num curso intensivo de português, tendo como destinatários indivíduos sem ou com poucos conhecimentos da língua portuguesa. Após o curso havia a obrigatoriedade de prestar serviço na APM e foi criada uma moldura legal, Decreto-Lei n.º 71/88/M, para regular a contratação além do quadro do pessoal que frequentasse o Plano de Estudos em Portugal.

nós inquiridos apontam como um dos factores que os impede de optar pela carreira de intérprete-tradutor (ou não conseguirem ser admitidos).

Tal como refere Magalhães (1996:159-160<sup>11</sup>) considera-se que *não pode ser tradutor quem revelar incompetência nas línguas de trabalho porque embora se possa dizer que ninguém conhece totalmente as línguas de trabalho, (...), para ser tradutor, é necessário ter, sem dúvida, uma elevada competência linguística ... O ensino da tradução não pode ser confundido com o ensino das línguas*. O mesmo entendimento tem a maioria dos inquiridos (98,2%) bem como dos entrevistados, os quais referem, explicitamente, que o conhecimento das línguas de trabalho deve ser um requisito de entrada e, isto porque, *se trata de um curso de tradução e não de um curso de línguas*<sup>12</sup>.

O domínio de outra língua, para além das línguas de trabalho, no caso de Macau, o inglês, deve ser uma condição preferencial no acesso ao Curso, no entanto, este é um ponto em que todos os inquiridos (inquérito por questionário aos tradutores) estão de acordo ao considerarem, salvo raras excepções, que, na altura da candidatura ao Curso, tinham um domínio razoável da língua inglesa.

### Conteúdo curricular

Mas [o] tradutor não trabalha com palavras soltas. Um texto não é constituído por palavras e por termos, mas por ideias implícitas, subentendidos, conotações culturais, formas estilísticas, transfigurações da ordem do inimaginável, relações com o desconhecido e reais estados de alma (idem:163) o que impõe ao tradutor esta obrigatoriedade de ir à descoberta e ao encontro da cultura do Outro. *O acto de traduzir é um acto de cultura* (ibidem) e o aluno deve ter um contacto directo, uma imersão na cultura estrangeira, antes de poder começar a traduzir porque o conhecimento da sua própria cultura (onde se inclui a história e a geografia) e uma vivência da cultura da língua de trabalho são condições para garantir a qualidade da tradução. Estas propostas devem reflectir-se na elaboração de planos de estudos

<sup>11</sup> MAGALHÃES, F. J. (1996). Da Tradução Profissional em Portugal. Lisboa: Ed. Colibri.

<sup>12</sup> Tanto os tradutores inquiridos como os entrevistados referiram ter dificuldade em classificar o Curso de Tradução e Interpretação Chinês-Português, do Instituto Politécnico de Macau, porque o currículo mais parece ser de um curso de línguas do que de tradução e interpretação.



que permitam aos alunos e aos docentes uma vivência *in loco* da cultura estrangeira e pela exploração das vantagens competitivas de Macau, entre as quais, se destaca o convívio e o entendimento entre culturas.

No caso da tradução chinês-português é importante que o aluno tenha abertura e adquira conhecimentos sobre a(s) cultura(s) presente(s) em Macau, bem como as dos países onde o português é língua oficial (culturas lusófonas). Necessita também, de adoptar uma postura de curiosidade e vontade incessante de aprender, pelo que deve adquirir uma formação cultural abrangente e principalmente, desenvolver o hábito da leitura sistemática e diversificada.

Para além do domínio das línguas de trabalho e do conhecimento da cultura do Outro, existe um conjunto de competências/conhecimentos que têm que estar presentes em qualquer currículo de formação de tradutores. Destacamos aqui as que foram referenciadas pelos inquiridos como fundamentais:

(1) Teoria e História da Tradução – as teorias podem colocar perguntas produtivas e proporcionar respostas menos óbvias. São agentes de mudança, especialmente quando se passa de uma cultura profissional para outra ou quando se formulam com a intenção de colocar à prova o pensamento do senso comum e, algumas, podem ... *ajudar os tradutores a melhorar a imagem que têm de si mesmos como profissionais e assim, a transformar o trabalho linguístico numa carreira gratificante* (Pym, 2008:17<sup>13</sup>);

(2) Técnicas de leitura – a leitura permite elevar o nível linguístico e adquirir conhecimentos de várias ordens, inclusive, da cultura das línguas de trabalho. Em Macau, existe uma relativa dificuldade no acesso a obras de autores dos países de língua portuguesa, pelo que se torna necessário constituir uma biblioteca básica de autores de referência, em português e chinês, e, sobretudo dá-la a conhecer aos alunos para promover, quer através da facilidade de acesso às obras, quer através de concursos, a leitura sistemática e alargada de textos de referência;

(3) Técnicas de escrita – para o tradutor é vital saber escrever bem. O objectivo das técnicas de escrita consiste em desenvolver no aluno a capacidade de avaliar a qualidade da tradução (produto) e dominar os vários

---

<sup>13</sup> PYM, A. et al. (2008). *Beyond Descriptive Translation Studies: Investigation in Homenage to Gideon Toury*. USA: John Benjamins B. V.

registos da língua, de forma a utilizar a linguagem adequada ao âmbito em que o texto se insere (Martin, Tim: 2002<sup>14</sup>);

(4) Direito, Governo e Administração Pública – perante os indicadores oriundos do mercado local (22.5% apontam a área do Direito como uma saída profissional e 75% dos escritórios de advocacia referem que necessitam de tradutores), facilmente se conclui que se devem criar condições para formar tradutores que possam satisfazer, em quantidade e qualidade, as necessidades sentidas na área do Direito. Situação análoga se verifica nas áreas do Governo e da Administração Pública (da China, de Portugal e de Macau), pelo que a formação inicial de tradutores deve ter como um dos seus objectivos, a aquisição de conhecimentos nestas áreas;

(5) Ética e deontologia – A análise das propostas curriculares de formação de tradutores em Macau revela que não estão contempladas nem a ética nem a deontologia, pelo que, face à sua importância em todas as épocas e com especial relevo na era da informação e da comunicação, devem ser incluídas, de forma clara e explícita. Estas matérias são cruciais tanto para a imagem do tradutor, a nível individual, como para a actividade da tradução, enquanto profissão, e devem ser tratadas de forma consistente e aprofundada;

(6) Liderança e Gestão do tempo e do stress – O stress é hoje, uma questão transversal a várias profissões e, no caso em estudo, este foi um dos aspectos frequentemente referido, tendo como causa os seguintes factores: (1) falta de confiança ou a consciência de que não possuem competências e conhecimentos suficientes; (2) exagerada sobrecarga de trabalho; (3) diversidade de áreas de trabalho e o facto de ser intérprete-tradutor e ter de traduzir nos dois sentidos; e (4) expectativas demasiado elevadas dos agentes do mercado ao considerarem que o recém-licenciado pode começar imediatamente a traduzir e interpretar. O stress tem levado ao abandono da carreira de tradutor-intérprete ou à opção pelo ingresso noutras carreiras, apesar de aquela ser considerada uma profissão bem remunerada e com futuro. Saber liderar equipas de tradução e gerir o stress são aspectos fundamentais para o tradutor e matérias que devem ser abordadas durante a formação inicial;

---

<sup>14</sup> MARTIN, T. (Janeiro, 2003). Translator Training & the Real World: Concrete Suggestions for Bridging the Gap. (Mesa Redonda Agosto de 2002 – Conferência FIT, Vancouver, British Columbia). Translator Education, (7), 1, [Em linha], [Consulta 12-06-2005]. Disponível em: <http://accurapid.com/journal/23roundtablea.htm>.

(7) Autonomia e auto-aprendizagem – O aluno necessita de tomar consciência que em tradução raramente existem opções completamente correctas ou erradas e deverá aprender a fazer escolhas e a tomar responsabilidade pelas escolhas efectuadas. A formação deve preparar o futuro tradutor para defender as suas escolhas e aceitar ideias diferentes. O aluno deve adquirir um conjunto de capacidades que lhe permitam encontrar o seu próprio método, não se podendo aceitar que, ao sair das escolas de tradução, os alunos pensem existir apenas uma forma correcta de fazer as coisas (Mossop: 2002<sup>15</sup>). Este é um dos aspectos que a formação de tradutores em Macau, deve dar especial atenção, principalmente, no referente aos alunos provenientes do sistema de ensino chinês, com abordagens pedagógicas centradas na transmissão de conhecimentos por parte do professor e na passividade do aluno;

(8) Conhecimento das Tecnologias de informação e Comunicação (TIC) na óptica do tradutor – O tradutor tem à sua disposição uma enorme quantidade de recursos, sendo necessário distinguir as fontes fiáveis, o que exige que tenha uma formação e experiência em métodos de pesquisa. Precisa de adquirir formação específica na utilização dos meios informáticos ao seu dispor, tais como, programas de tradução automática, memórias de tradução, bases de dados, folha de cálculo, entre outros. A formação de tradutores deveria incluir tecnologias da informação, gestão de terminologia, ferramentas electrónicas para tradutores, bem como outras que venham a surgir, porque a procura de tradutores com estas competências tem vindo a aumentar. Em Macau, a análise do currículo mostra que a disciplina de informática se centra em aspectos introdutórios, sendo imprescindível incluir módulos de terminologia e localização, tradução automática e memórias de tradução, etc. No caso de alunos que não tenham conhecimentos básicos de informática, tais como processamento de texto, excel, entre outras, deve ser-lhes dada a possibilidade de frequentarem disciplinas opcionais de outros cursos ou cursos intensivos concebidos para esse objectivo. Os alunos precisam, também, de adquirir prática de uso das ferramentas de tradução e de aprender a avaliá-las, de forma crítica e ainda, participar na criação de ferramentas de tradução. As instituições responsáveis pela formação de tradutores têm de reagir

---

<sup>15</sup> MOSSOP, B. et al. (Janeiro de 2003). *Translator Training & the Real World: Concrete Suggestions for Bridging the Gap*. (Mesa Redonda Agosto de 2002 – Conferência FIT, Vancouver, British Columbia). *Translator Education*, 7, 1, [Em linha], [Consulta 12-06-2005]. Disponível em: <http://accurapid.com/journal/23roundtablea.htm>.

rapidamente às profundas transformações que estão a acontecer, o que implica a criação de modernas estratégias de tratamento da informação, criação e avaliação de ferramentas *online* e *offline*, integração na formação de tradutores, de módulos IDL (*Interactive Distance Learning*) e a aceitação da *internet* como um meio de comunicação, a nível académico.

## O papel da componente prática na formação inicial

Os resultados do estudo confrontam-nos com uma outra questão, ligada ao papel da prática na formação inicial. De facto, existe a ideia de que o actual currículo de formação de tradutores tem de melhorar e introduzir a componente que já esteve presente, em 1985, quando aprendiam a profissão no exercício da mesma, sendo supervisionados por tradutores profissionais. A maioria dos inquiridos considera ter-se *perdido* a parte prática<sup>16</sup> no estágio, e a possibilidade de desenvolver trabalho de tradução/interpretação real, durante a formação académica. Da análise dos vários modelos curriculares aplicados em Macau verifica-se uma *perda* progressiva da componente prática, o que está, visivelmente, em oposição ao que é aconselhado para a formação de tradutores.

Nos dias de hoje, aprender a pensar como um profissional implica aprender a construir a sua própria teoria da prática, o que por seu lado, requer o envolvimento em situações de prática. Daí que o Curso deva contemplar dois orientadores, um dos formandos desempenhem a actividade de tradução sob a supervisão de um orientador da instituição de ensino e outro da instituição acolhedora, de preferência um tradutor profissional.

É certo que as escolas de tradução têm limites sobre o que podem fazer para preparar os alunos para o mercado de trabalho (ibidem); no entanto, não se pode ignorar o papel fundamental que a vertente prática desempenha como facilitadora da inserção no mercado de trabalho.

---

<sup>16</sup> No actual currículo do curso de bacharelato em tradução e interpretação Chinês-Português não está contemplada a realização de um estágio profissional e no que diz respeito às disciplinas de tradução e interpretação, teórica e prática, têm um peso relativamente pequeno se comparado com as línguas (240 horas em contraste com 900 horas para a língua estrangeira e 450 horas para a língua materna). Esta situação sofre alterações significativas no currículo do Ano Complementar em que o núcleo central é formado pelas técnicas de interpretação e de tradução e a tradutologia.

É imprescindível que o estágio profissional esteja, de forma clara e explícita, contemplado no currículo, que se celebrem protocolos de cooperação com serviços públicos e empresas privadas, se elaborem planos de estágio e se estabeleça o diálogo com tradutores experientes, no sentido de supervisionarem os estagiários.

Para uma maior eficácia, o estágio não se deve concentrar apenas num determinado período de tempo, mas num processo contínuo que acompanhe a aquisição de conhecimentos teóricos, levando o aluno a discutir na sala de aula os problemas e as soluções encontradas. Assim, logo no primeiro semestre do primeiro ano, o aluno teria a possibilidade de conhecer o ambiente de trabalho do tradutor, ou seja, realizar um curto estágio (uma ou duas semanas) com a finalidade de observar, tomar conhecimento da realidade e decidir se quer enveredar pela tradução. Nos segundo e terceiro anos, seriam criadas condições para o aluno estagiar, por exemplo, dois dias por semana; no último ano, o estágio deveria ser a componente principal e o aluno teria a oportunidade de estagiar durante um período de tempo mais longo, complementado com a formação em sala de aula.

A prática permite ao aluno o contacto com casos e dificuldades reais e a procura de soluções, em conjunto com colegas e professores.

Períodos de estágio intermitentes, ao longo dos quatro anos, facilitam a inserção no mercado de trabalho.

A simulação em sala de aula não substitui o estágio, porque (ibidem) a sala de aula é um lugar onde se incentiva à reflexão sobre os problemas e os métodos de tradução e o estágio proporciona ao aluno a oportunidade de trabalhar com um supervisor ou um tradutor sénior, ajudando o aluno a atingir determinados objectivos de aprendizagem. É uma oportunidade para aprender a lidar com textos longos, a interagir com clientes, a gerir prazos e ainda, a lidar com textos de partida *mal* escritos.

Para além do estágio profissional, também se *perdeu* a componente de formação em serviço que dava possibilidade aos alunos de, durante o curso, prestarem serviços de tradução em ambiente natural de trabalho e supervisionados por tradutores experientes. Para além disso, deveriam também, ser criadas condições para que os alunos participem em projectos de tradução reais e para clientes reais, desde que supervisionados por docentes com prática de tradução.

A implementação de programas de formação em serviço para os recém-licenciados tem vindo a ser equacionada, nos últimos anos, como forma de colmatar a falta de tradutores, sendo nossa opinião que o Instituto Politécnico de Macau (IPM) precisa de adoptar uma posição mais activa e assumir-se como parceiro privilegiado e incentivador de uma formação em serviço, que, conjuntamente com o estágio profissional, prepare o aluno e crie confiança nas competências dos alunos formados em tradução pela ESLT.

Para que exista uma harmonia entre teoria e prática o professor desempenha um papel fundamental daí que a resposta à questão – Quem deve ensinar? – se assuma como fundamental.

### Corpo Docente

Nos primórdios do ensino da tradução em Macau, o curso era leccionado por docentes de carreira e também, por profissionais da área e *os orientadores de estágio* eram *designados*, (...) *de entre intérpretes- tradutores* (DL n.º 57/86/M, art.º 20.º/2). A partir da integração do curso de tradutores no ensino superior, os docentes técnicos têm vindo, progressivamente, a ser substituídos por académicos, embora nos últimos anos, esta situação tenha conhecido um reverso devido ao aumento do número de docentes bilingues, os quais para além da docência, prestam vários serviços de tradução e interpretação. Esta é uma opção que consideramos positiva, porque defendemos o envolvimento de técnicos no ensino da tradução, e a possibilidade de os professores conhecerem *in loco* as necessidades das empresas, da comunidade, o quotidiano dos profissionais e as competências que irão ser exigidas aos seus alunos. É necessário que os tradutores em exercício, transmitam os seus conhecimentos aos alunos, através da sua colaboração como formadores, em situação formal de aulas e em estágios.

### Formação Contínua

Um tradutor é um profissional que demora muitos anos a formar-se e que necessita estar sempre a aprender, pelo que a formação contínua assume grande importância, devendo as instituições de ensino superior garantir a formação ao longo da vida. A abertura, na ESLT, de cursos livres ou acesso às disciplinas do curso de tradução, permitiria que um tradutor,

já formado e a exercer ou não a actividade de tradutor, seleccionasse os cursos que pretende frequentar. A formação contínua de tradutores exige que se desenvolvam métodos e programas de ensino individualizado, que permitam aos profissionais desenvolver e actualizar os conhecimentos de acordo com o seu ritmo e disponibilidade de tempo e em qualquer lugar, onde se encontrem, bastando para tal, ter acesso a um computador e à *internet*. O currículo da formação de tradutores tem de ter em conta a nova realidade e aproveitar, em seu favor, as mais recentes oportunidades que as TIC lhe proporcionam. Num mundo altamente tecnológico e de comunicação global, o tradutor não pode ficar preso a estratégias e ferramentas do passado, necessitando para tal, de encontrar respostas de formação, autónoma ou formal, que lhe permitam actualizar-se constantemente e se possível, antecipar-se a essas mudanças.

O recurso às TIC e a elaboração de módulos de aprendizagem pensados e desenhados para o ensino à distância, dirigido aos profissionais desta área, contribuem para o desenvolvimento de mecanismos e oportunidades de auto-aprendizagem.

A multidisciplinaridade dos estudos da tradução e a necessidade de formar generalistas, obrigam a que se preste uma maior atenção às *possibilidades oferecidas pela telemática baseada no IDL (Interactive Distance Learning)* (Austermühl, 1999:446<sup>17</sup>), porque permitem ultrapassar o constrangimento de a escola não conseguir oferecer formação em todas as áreas do conhecimento e, ainda, dar a possibilidade ao aluno, durante a sua formação académica formal ou ao longo da vida profissional, ir construindo a sua área de especialidade. De facto, os ... *modernos meios informáticos permitem às instituições de formação de tradutores desenhar e produzir módulos de ensino online aos quais os alunos podem aceder individualmente, contribuindo assim para um ritmo de aprendizagem mais individualizado* (ibidem).

Através do uso das tecnologias, as instituições de ensino têm mais oportunidades e facilidade em colaborar, de forma sistemática, com as suas congéneres e de enriquecer os seus *curricula*. Este intercâmbio tem efeitos positivos e põe em contacto, não apenas as instituições de ensino

---

<sup>17</sup> AUSTERMÜHL, F., (1998). Between Babel and Bytes: The Discipline of Translation in the Information Age. [Em linha], [Consulta 10/01/2007]. Disponível em: <http://gandalf.aksis.uib.no/AcoHum/abs/Austermuehl.htm>.

como também, professores e alunos, formando redes de ensino/aprendizagem e de trabalho cooperativo *online*.

## Flexibilização do currículo

Face ao contexto de Macau, caracterizado pela heterogeneidade de conhecimentos prévios e das motivações dos alunos, bem como, das saídas profissionais, tem que se equacionar o aspecto da flexibilização do currículo. Na verdade, um pouco por todo o mundo, as instituições de ensino têm optado por uma estrutura curricular flexível, tornando possível o desenvolvimento de múltiplos percursos formativos, de acordo com os interesses dos próprios alunos. Assim, torna-se necessário que a formação seja ... *o mais polivalente e versátil possível, bem como suficientemente multifacetada, integrada e multimodal, orientada para as novas profissões-satélite ou extensões do trabalho do tradutor, e convenientemente aberta e disponível de forma a resolver o problema da equação especialista/generalista, técnico/social/humano* (Alves, 2006:12<sup>18</sup>).

Esta visão da formação do tradutor, é uma exigência que tem que ser posta em prática em Macau, porque, como nos revelam as respostas ao inquérito por questionário dirigido aos tradutores, as razões de opção pelo Curso e as expectativas, relativamente a este mesmo curso, são de ordem muito diversificada, indo desde a possibilidade de ter um curso superior (44,7%), facilidade de emprego (41,2%) até ao facto de existirem poucos cursos superiores em português (34,2%).

Assim, a nossa proposta, a exemplo do que tem sido e é praticado em várias instituições de ensino superior do estrangeiro, defende que deve existir um conjunto de disciplinas obrigatórias (na área da tradução/interpretação) e um outro grupo de disciplinas opcionais, leccionadas na ESLT ou em qualquer outra das escolas do IPM<sup>19</sup>, à escolha do aluno

<sup>18</sup> ALVES, F. F. (2006). GILTY or not GILTY : o reenquadramento da profissão de tradutor face ao evangelho da normalização. Em CONTRAPOR 1 – 1.ª Conferência de Tradução Portuguesa. Lisboa: AteLP. [Em linha], [Consulta 23-02-2007]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/7168>.

<sup>19</sup> Funcionando no IPM, o Curso de Tradução e Interpretação Chinês- Português e o Curso de Administração Pública, leccionado em português, e considerando que a Administração Pública é o principal empregador (73,8% e 22,5% dos inquiridos indicam a APM e o Direito como saídas profissionais, respectivamente) parece-nos que seria vantajoso os alunos poderem escolher algumas das disciplinas do Curso de Administração Pública, relacionadas com a Administração e o Direito.



(economia, turismo, direito, administração pública), tendo apenas a exigência de adquirir um determinado número de créditos em disciplinas consideradas relevantes.

No caso do Curso de tradução existe uma exigência dupla de flexibilidade porque, por um lado, é necessário uma adequação à realidade e às exigências emergentes do mercado e, por outro lado, estarmos perante uma procura por parte de alunos com uma grande diversidade de expectativas é importante corresponder, senão a todas, pelo menos à maioria dos casos. Assim, o mesmo desenho curricular poderia dar respostas a alunos com diferentes objectivos: licenciatura em tradução e interpretação e frequência de algumas disciplinas para aperfeiçoamento e actualização de conhecimentos (tradutores em exercício). Estariamos, assim, perante um *curriculum* de ensino flexível, em que se oferece um leque de disciplinas, podendo as mesmas ser seleccionadas e combinadas pelos alunos segundo os seus conhecimentos prévios e as suas motivações e expectativas, permitindo deste modo, várias saídas profissionais<sup>20</sup>.

A flexibilidade curricular pode contribuir para a resolução da falta de tradutores, na medida em que permite alargar a diversidade na oferta de cursos: (1) Curso com duração de 3 a 5 anos, (2) Curso intensivo para pessoas com mestria em ambas as línguas de trabalho e com conhecimentos ou uma especialização numa determinada área do conhecimento e, (3) Curso intensivo para pessoas com uma longa prática de tradução, sem um grau académico e sem conhecimentos teóricos de tradução.

Para além das medidas de flexibilização, acima propostas, e no sentido de apoiar os tradutores em exercício, as instituições de ensino superior deveriam investir na oferta de um curso de línguas e culturas portuguesa e chinesa, com um currículo flexível, que possibilite aos alunos escolher as disciplinas a frequentar.

Para implementar medidas de flexibilização curricular e cumprir o seu papel pedagógico, as instituições de ensino, responsáveis pela formação de tradutores, têm que adoptar uma atitude activa, assente numa constante e rápida actualização de programas, de abordagens e de estratégias de ensino.

---

<sup>20</sup> Por exemplo, um aluno com o curso de Direito e conhecimentos elementares de português e um bom domínio de chinês poderia optar pelas disciplinas de língua portuguesa e as da área de direito, história e cultura e no final iria ser-lhe atribuída uma licenciatura em língua portuguesa.

## Abordagem pedagógica

As propostas apresentadas assentam na nossa convicção de que, embora não negando a existência e a relevância de outros métodos e/ou abordagens, a formação de tradutores deve assentar numa *abordagem colaborativa e construtivista do ensino da tradução*, em particular do *Construtivismo Social* de Don Kiraly, mas advogando uma atitude de busca constante dos métodos e estratégias *que melhor se adaptem à realidade educativa de cada momento e lugar em que nos inserimos*. Ensinar, aprender e traduzir são ... *entidades inter e multirelacionais que se cruzam, interpelam e inter-influenciam, num constante devir que resulta em novas aprendizagens, tanto por parte de quem ensina como de quem, supostamente, está no processo para aprender. O trabalho em equipa e a oportunidade de realizar trabalhos de tradução o mais próximos da realidade quotidiana, (...), são pilares fundamentais na formação de tradutores conscientes das suas responsabilidades e das oportunidades que o trabalho colaborativo representa na construção da identidade de cada um e no desempenho futuro da sua actividade. A aprendizagem faz-se entre pares, dentro e fora da sala de aula, através de iniciativas e esforços de comunicação, interacção e cooperação. Envolvidos em trabalho de equipa, fazendo a gestão integral de um projecto de tradução, em contexto o mais real e próximo da situação profissional, vão adquirindo competências, valores, princípios e atitudes indispensáveis para a sua futura integração na comunidade de tradutores e, conseqüente movimentação eficaz no mercado de trabalho* (Bizarro e Escalera, 2007:128-129<sup>21</sup>). O professor é facilitador, organizador, fornecedor de recursos, tendo de assumir uma atitude reflexiva e debruçar-se sobre a sua própria prática, partilhar com os alunos as dificuldades, bem como as opções que vai tomando em cada momento, sabendo de antemão, que não existem verdades absolutas.

As abordagens tradicionais baseadas na ideia do professor como o único transmissor de conhecimento e o detentor da verdade última não estão em consonância com a realidade actual e, por isso, têm que dar lugar a novas práticas de ensino/aprendizagem, entendido como um processo activo e dinâmico que tem de passar pelo *empowerment* do aluno (Kiraly, 2000:17<sup>22</sup>).

<sup>21</sup> BIZARRO, R. P. e ESCALEIRA, L. (2007). *Eu e o Outro no Acto de Traduzir*. Em BIZARRO, R. P., (2007). Estudos Multidisciplinares sobre Identidade(s), Diversidade(s) e Práticas Interculturais: Eu e o Outro. Porto: Areal Editores, 273-280.

<sup>22</sup> Kiraly, D. (2000). *A Social Constructivist Approach to Translator Education - Empowerment from Theory to Practice*. Manchester: St. Jerome Publishing.

Em nosso entender, e face à impossibilidade de prever o futuro, a principal competência transversal a todas as áreas do conhecimento, consiste na disponibilidade e motivação para adquirir novos conhecimentos.

Toda a prática de ensino e aprendizagem consiste num processo dinâmico e interactivo, assente na autonomia, na delegação de competências e atribuição de novas tarefas ao aluno, na emancipação do aluno, relativamente ao professor e à própria instituição. Trata-se de um processo democrático, em que todos os alunos participam e são considerados iguais, são preparados para desempenhar determinadas tarefas e para atingir um objectivo comum. A igualdade de oportunidades é garantida através da rotação de funções, de forma a que todos possam assumir diversas responsabilidades, atributos e competências (Bizarro e Escaleira:2006<sup>23</sup>).

Tal como Kiraly (idem) defendemos que a formação de tradutores se deve basear nos seguintes princípios: (1) contextualização da aprendizagem; (2) criação de um ambiente propício ao acolhimento de perspectivas diferentes e (3) desenvolvimento de trabalho colaborativo.

O objectivo de cada aula consiste na abordagem de múltiplas e viáveis (em vez de correctas) soluções para problemas reais, em alternativa a apenas uma solução (verdade única), providenciando o apoio necessário para a construção do conhecimento. O controlo do professor deve ir diminuindo à medida que os alunos, progressivamente, se responsabilizam pela sua aprendizagem.

O Modelo sócio-cognitivo (na Educação) leva a que os alunos que, inicialmente, estão na periferia da comunidade de tradutores, se vão gradualmente integrando, até se tornarem membros. A aula funciona como um fórum, no qual um guia ou facilitador, que é membro da comunidade alvo, interage com um grupo de trabalho no sentido de o inserir nessa comunidade. O facilitador deve consciencializar o aluno dos potenciais problemas, normas e convenções, sempre do ponto de vista da comunidade de tradutores. Ao ilustrar o seu próprio processo de resolução de problemas, deve apresentá-lo como mais uma fonte de informação para a construção, por parte do aluno, do comportamento, estratégias e técnicas adequadas.

---

<sup>23</sup> BIZARRO, R. P. e ESCALEIRA, L. (2006). *Ensinar e Aprender a Traduzir*. Comunicação apresentada no I Colóquio Lusofónico em “Educação, Arte, Mídia e Cultura”, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil, Maio de 2006 (texto não editado).

O novo paradigma apresenta uma sala de aula interactiva, em que o aluno tem de construir os seus próprios conhecimentos e é chamado a abandonar uma atitude de receptor passivo de conhecimento limitado e transmitido pelo professor, para se transformar em agente responsável pela sua própria aprendizagem. A autonomia e *empowerment* do aluno permite-lhe adquirir competências de responsabilidade, gestão do tempo, pensamento crítico-reflexivo, motivação, auto-aprendizagem, ou seja, um conjunto de competências fundamentais para a sua prática profissional. O ensino da tradução consiste em ajudar o aluno a construir um conhecimento sólido para a solução dos problemas do seu quotidiano, tais como, volume de trabalho, gestão de tempo e de prazos, compreensão de textos especializados, entre outros .

Tal como Schön (1973:151<sup>24</sup>), consideramos não ser possível ensinar ao aluno tudo o que ele precisa de saber, mas ele pode ser orientado e incentivado a desenvolver a auto-aprendizagem. Deste modo, o aluno irá descobrir por si próprio as relações existente entre meios e métodos utilizados e avaliar os resultados atingidos.

Embora possam parecer incompatíveis, a transmissão de conhecimentos e construtivismo, estão presentes no processo educativo, já que é indispensável transmitir a tradição e a experiência do passado, preparar os futuros profissionais para uma aprendizagem ao longo da vida e, (idem:26), *empower* (capacitar/qualificar) os alunos para que consigam adaptar as ferramentas existentes, de forma a dar respostas a problemas futuros e a construir novas ferramentas, à medida que enfrentam novos desafios (Bizarro e Escalreira, 2007:132-133<sup>25</sup>).

Relativamente ao papel do professor, (Kiraly:2000, Alves:2005), também defendemos que, em caso algum, este pode desenvolver uma abordagem pedagógica única, devendo pelo contrário, trabalhar em equipa e desenvolver pesquisas que possam conduzir ao sucesso e a uma verdadeira cultura educacional, uma cultura de permanente inovação. *Em vez de estagnarmos na carreira e numa prática pedagógica repetitiva (...)* precisamos de transformar as nossas salas de aulas em laboratórios (Kiraly, 2000:195<sup>26</sup>) onde a inovação está na ordem do dia.

<sup>24</sup> SCHÖN, D. A. (1973). *Beyond the Stable State*. Harmondsworth: Penguin/ New York: Norton.

<sup>25</sup> BIZARRO, R. P. e ESCALEIRA, L. (2007). *Ensinar e Aprender a Traduzir*. Revista do Instituto Politécnico de Macau. Macau: IPM, 127-138.

<sup>26</sup> Kiraly, D. (2000). *A Social Constructivist Approach to Translator Education - Empowerment from Theory to Practice*. Manchester: St. Jerome Publishing.

## Conclusão

Reflectindo sobre a actividade de tradução em Macau, vemos que esta é uma constante no quotidiano do território, palco de cruzamento de povos e uma Babel onde co-existem várias *línguas em contacto*. O ensino da tradução, com mais de um século, tem sido incentivado pelo Governo e, hoje, estamos perante uma formação, que em termos de conteúdos programáticos e meios tecnológicos, está ao nível do ensino oferecido por estabelecimentos internacionais de ensino superior de referência.

É certo que existe um fosso entre o que a escola ensina e as competências requeridas na prática, pelo que o ensino/aprendizagem da tradução deve harmonizar a vertente profissionalizante, que satisfaz o critério de empregabilidade dos alunos e a vertente académica, específica do ensino superior e terá que contar com a participação de todos os intervenientes do processo ensino/aprendizagem. Esta cooperação deve alargar-se a uma definição de planos de estágio profissional e levar os agentes do mercado a se comprometerem a criar condições para aceitar e orientar estagiários e proporcionar-lhes uma verdadeira experiência da realidade profissional.

De facto, as exigências de tradução são hoje bem diferentes. O leque de candidatos é muito maior e engloba alunos que irão exercer a sua actividade fora de Macau, e não apenas na Administração Pública, como acontecia anteriormente, na República Popular da China e no mundo lusófono. É urgente e necessário *mudar e adequar* a formação às exigências actuais, ultrapassar os constrangimentos existentes e preparar os alunos para enfrentarem os desafios do presente e do futuro.

Como sabemos, a mudança das instituições e das mentalidades é algo que acontece de forma lenta, porque estas tendem a cristalizar e este é um dos maiores problemas que as instituições de ensino enfrentam e a que se vem juntar um currículo de ensino, que, na prática, já não corresponde às necessidades actuais e exige mudanças estruturais e estruturantes. Neste aspecto, Macau enfrenta um enorme desafio, visto ter de desenhar um novo currículo de ensino e implementar estratégias que terão de ir ao encontro das necessidades e expectativas dos futuros profissionais que irão desenvolver a sua actividade em contextos diversificados e diferenciados, como Macau, República Popular da China, Angola, Moçambique e Brasil.

As entidades educativas responsáveis pela formação de tradutores não podem ignorar que se registam profundas alterações no universo da tradução e que estamos perante uma nova visão da tradução e do tradutor.

Neste novo contexto, o debate gira à volta da definição de qualidade, perfis de competência, acreditação profissional e adopção de procedimentos, que garantam e certifiquem a qualidade da tradução. Em Macau, é necessário criar organismos e instrumentos de fiscalização e certificação da qualidade das traduções, nomeadamente, através da constituição de uma associação de tradutores que tenha um papel activo, tanto na formação básica e contínua, como na certificação da qualidade das traduções.

Formar tradutores é actualmente, dotar os futuros profissionais com competências necessárias ao exercício da profissão, capacidades de adaptação (flexibilidade e polivalência), de trabalho em equipa, de criatividade, de liderança, de espírito de iniciativa e sobretudo, a capacidade de, autonomamente ou através de acções de formação, adquirir novas qualificações e competências. É, ainda, tornar o aluno consciente da complexidade do acto de traduzir e levá-lo a desenvolver estratégias de permanente crítica em relação às suas acções e às decisões tomadas durante o processo da tradução. A escola tem de facilitar o desenvolvimento da autonomia, que permita uma constante aprendizagem e emprego dos recursos que, a cada momento, estão disponíveis e que alteram, de forma vertiginosa, as exigências e as condições de trabalho do profissional de tradução.

No que concerne às abordagens educativas, julgadas mais adequadas, a sua adopção depende das opções do corpo docente. No entanto, defendemos que estas devem dar ao aluno o poder de construir o seu próprio conhecimento, assumindo o professor, o papel de facilitador.

Para reduzir as situações de insucesso, a formação deverá ter por base o aluno e as suas motivações, sendo a disposição para aprender uma condição vital, sobretudo hoje em que precisamos de aprender e reaprender constantemente, numa dinâmica e num ritmo, que até há poucos anos, era impossível de imaginar.

De forma a melhorar o ensino da tradução, é nosso entender que, para além das propostas apresentadas, se deve apostar na investigação sobre a formação de tradutores e na prática da actividade de tradutor em Macau, para permitir entender a situação real da tradução e apontar *caminhos* possíveis, de forma a que o currículo de ensino possa corresponder às necessidades actuais do mercado.